COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.804, DE 2008

Acrescenta o § 7º ao art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "Dispõe sobre a sociedade por ações".

Autor: Deputado CARLOS BEZERRA

Relator: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado CARLOS BEZERRA, que acrescenta o § 7º ao art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "Dispõe sobre a sociedade por ações", de modo a obrigar as companhias abertas a remeter a seus acionistas, com antecedência mínima de trinta dias, informações relativas à pauta de assuntos que serão deliberados na respectiva assembleia, sob pena de anulação da reunião por provocação do acionista prejudicado.

Na sua Justificação, o autor afirma que o acionista no Brasil tem muita dificuldade em obter informações sobre as empresas, ao contrário dos Estados Unidos, em que cada empresa é obrigada a fornecer previamente informações que subsidiem as decisões dos acionistas nas assembleias. Entende o eminente autor que a inserção da obrigatoriedade de remessa das informações aos acionistas, na forma proposta no projeto, contribuirá para o aperfeiçoamento da relação entre empresa e acionista.

O projeto foi inicialmente apreciado, quanto ao mérito, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a qual concluiu pela aprovação da proposição e de emenda apresentada na Comissão, na forma de um substitutivo que determina a divulgação de

informações relativas à pauta da assembleia no sítio da companhia na Internet, bem como a remessa de tais informações à Comissão de Valores Mobiliários.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.804, de 2008, da emenda apresentada e do substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a teor do disposto no art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria em apreço é da competência privativa da União (art. 22, I - CF), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (art. 48 – CF), sendo a iniciativa parlamentar legítima, em face da inexistência de iniciativa privativa de outro Poder.

A proposição original, a emenda apresentada e o substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio obedecem aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna.

No que tange à juridicidade, tanto o projeto quanto a emenda apresentada e o substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio estão em inteira conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Quanto à técnica legislativa, faz-se necessário acrescentar a cláusula (NR) ao final do artigo alterado pelo substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a qual é obrigatória, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com

a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01. Por outro lado, não há qualquer óbice ao texto empregado na proposição original e na emenda apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.804, de 2008; da emenda apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e do substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com a subemenda em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.804, DE 2008, APROVADO NA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Acrescenta o § 7º ao art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "Dispõe sobre a sociedade por ações".

SUBEMENDA Nº

Acrescente-se a expressão (NR) ao final do §8º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "Dispõe sobre a sociedade por ações", acrescentado pelo art. 1º do substitutivo em epígrafe.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO
Relator